



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

**Ata da 70ª Sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Lagarto,
realizada no dia 18 de dezembro
de 2025**

PRESIDENTE: Washington da Cruz

1º SECRETÁRIO: Antônio Carlos

Às 9:15 horas, presentes os Srs. Vereadores: Amilton Fontes, Antônio Carlos, Carlos Eduardo, Carlos José, Dwitht Nascimento, Fabiana da Costa, Fernando Batista, Genisson Fontes, José Anderson, José Cosme, José Carlos, Josivaldo Alves, Josivan Rodrigues, Livia Menezes, Marcelo do Nascimento, Manoela Souza e Washington da Cruz (17). Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a presente sessão, foi colocada em votação a dispensa da leitura da ata, a qual foi aprovada por unanimidade, ato contínuo foi colocada em votação a ata, a qual foi aprovada por unanimidade.

EXPEDIENTE

No expediente foi realizada a leitura das seguintes matérias:

Projeto de Lei Complementar nº 017/25, de autoria do Poder Executivo, altera as tabelas constantes nos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Complementar nº 35/11 que dispõe sobre a estrutura de cargos de provimentos efetivos e da providências correlatas;

Projeto de Lei nº 093/25, de autoria do Poder Executivo, institui a Bolsa Auxílio formação destinada aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento na carreira do quadro próprio do poder executivo nos cargos de guardas municipal, agente de trânsito e agente de fiscalização do transporte público e da providências correlatas;

Projeto de Lei nº 094/25, de autoria do Poder Executivo, institui ajuda financeira mensal aos jovens atiradores do Tiro de Guerra do município de Lagarto e da providências correlatas;

Projeto de Lei nº 095/25, de autoria do Poder Executivo, cria o Programa Lagarto Protege que traz modalidades de benefícios de transparências de renda pagos através de cartão magnéticos, seu enquadramento e requisitos para concessão para mulheres vítimas de violência domésticas, mulheres agricultoras em situação de vulnerabilidades social, famílias em situação de vulnerabilidades social, bem como institui cartão para reforma de unidades habitacionais e revoga a Lei nº 87/2012, Lei nº 884/2019 e a Lei nº 998/2021 e da providências correlatas;

Projeto de Lei nº 096/25, de autoria do Poder Executivo, autoriza o poder executivo municipal a promover a campanha IPTU Premiado como medida de estímulo e arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana mediante sorteio de prêmios e da providências correlatas;

Projeto de Lei Complementar nº 018/25, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV dos servidores públicos civis da administração geral do município de Lagarto e da providências correlatas;

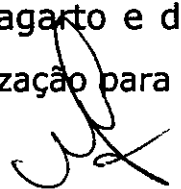
Indicação nº 849/25, de autoria do Sr. Vereador Carlos Eduardo.

PEQUENO EXPEDIENTE

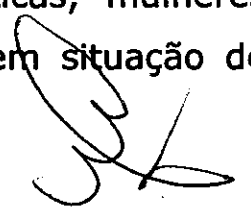
Não havendo oradores inscritos o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

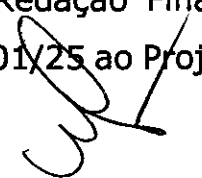
Na Ordem do Dia o Sr. Presidente colocou em discussão o Requerimento para votação em Regime de Urgência Especial aos Projeto de Lei Complementar nº 017/25 altera as tabelas constantes nos anexos I, II, III, IV , V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Complementar nº 35/11 que dispõe sobre a estrutura de cargos de provimentos efetivos e da providências correlatas; Projeto de Lei Complementar nº 018/25 dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV dos servidores públicos civis da administração geral do município de Lagarto e da providências correlatas; Projeto de Lei nº 082/25 dispõe sobre a autorização para a



utilização de máquinas e equipamentos doados ao município no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e por entidade no âmbito federal ou estadual, assim como máquinas e equipamentos adquiridos por compra direta da administração municipal ou de repasse por emendas de parlamentar na promoção do desenvolvimento rural e agropecuário, autoriza o Poder Executivo a fornecer combustíveis a associações comunitárias e de moradores rurais e cooperativas legalmente constituídas no município de Lagarto e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 083/25 denomina rua no povoado Molta Redonda e dá providências correlatas; Projeto de Lei nº 84/25, denomina mercado municipal no bairro Centro e dá providências correlatas; Projeto de Lei nº 85/25 insere e altera dispositivos na Lei nº 200/2006, Código de Obras e Edificações e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 089/25 denomina rua no povoado Colônia Treze e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 90/25 reconhece como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial a trezena e a caminhada missionária de Santa Luzia do povoado Colônia Treze e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 091/25 institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos – PMAA, através da Secretaria do Desenvolvimento Social e do Trabalho com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, incentivar a agricultura familiar e demais produtores rurais e locais em conformidade com a Lei federal nº 14628/23 e demais legislações pertinentes e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 92/25 reconhece como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial o novenário de Santa Luzia do bairro Alto da Boa Vista e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 93/25 institui a Bolsa Auxílio formação destinada aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento na carreira do quadro próprio do poder executivo nos cargos de guardas municipais, agente de trânsito e agente de fiscalização do transporte público e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 94/25 institui ajuda financeira mensal aos jovens atiradores do Tiro de Guerra do município de Lagarto e das providências correlatas; Projeto de Lei nº 95/25 cria o Programa Lagarto Protege que traz modalidades de benefícios de transparências de renda pagos através de cartão magnéticos, seu enquadramento e requisitos para concessão para mulheres vítimas de violência domésticas, mulheres agricultoras em situação de vulnerabilidade social, famílias em situação de



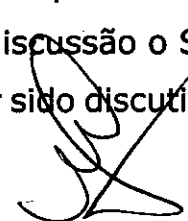
vulnerabilidades social, bem como institui cartão para reforma de unidades habitacionais e revoga a Lei nº 87/2012, Lei nº 884/2019 e a Lei nº 998/2021 e da providências correlatas; Projeto de Lei nº 96/25 autoriza o poder executivo municipal a promover a campanha IPTU Premiado como medida de estímulo e arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana mediante sorteio de prêmios e da providências correlatas. Não havendo quem discutir o Sr. Presidente submeteu a votação nominal o referido Requerimento para votação em Regime de Urgência Especial, o qual foi aprovado em discussão única por 12 votos a favor e 04 votos contra dos Srs. Vereadores Carlos José, Fernando Batista, Fabiana da Costa e Josivan Rodrigues. Ato contínuo o Sr. Presidente suspendeu a sessão por alguns minutos para reunião das comissões. De voltas aos trabalhos o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 82/25 dispõe sobre a autorização para a utilização de máquinas e equipamentos doados ao município no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e por entidade no âmbito federal ou estadual, assim como máquinas e equipamentos adquirido por compra direta da administração municipal ou de repasse por emendas de parlamentar na promoção do desenvolvendo rural e agropecuário, autoriza o Poder Executivo a fornecer combustíveis a associações comunitárias e de moradores rurais e cooperativas legalmente constituídas no município de Lagarto e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 083/25 denomina rua no povoado Moita Redonda e dá providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão Projeto de Lei nº 84/25 denomina mercado municipal no bairro Centro e dá providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão a Emenda Modificativa nº 01/25 ao Projeto de Lei nº 85/25, insere e altera dispositivos na Lei nº 200/2006, Código de Obras e Edificações e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação a referida Emenda Modificativa, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão a Emenda Aditiva nº 01/25 ao Projeto de



Lei nº 85/25, insere e altera dispositivos na Lei nº 200/2006, Código de Obras e Edificações e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação a referida Emenda Aditiva, a qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 85/25, insere e altera dispositivos na Lei nº 200/2006, Código de Obras e Edificações e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 89/25, denomina rua no povoado Colônia Treze e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 90/25, reconhece como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial a trezena e a caminhada missionária de Santa Luzia do povoado Colônia Treze e da providências correlatas e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 91/25, institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos – PMAA, através da Secretaria do Desenvolvimento Social e do Trabalho com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, incentivar a agricultura familiar e demais produtores rurais e locais em conformidade com a Lei federal nº 14628/23 e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 92/25, reconhece como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial o novenário de Santa Luzia do bairro Alto da Boa Vista e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 93/25, institui a Bolsa Auxílio formação destinada aos candidatos aprovados em concurso público para o provimento na carreira do quadro próprio do poder executivo nos cargos de guardas municipal, agente de trânsito e agente de fiscalização de transporte público e da providências

correlatas. Em discussão o Sr. Vereador Josivan Rodrigues falou de toda sua felicidade com a votação deste Projeto, declarou seu voto a favor e a importância da oposição para que este Projeto viesse para esta Casa. Não havendo mais quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 94/25, institui ajuda financeira mensal aos jovens atiradores do Tiro de Guerra do município de Lagarto e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 95/25, cria o Programa Lagarto Protege que traz modalidades de benefícios de transparências de renda pagos através de cartão magnéticos, seu enquadramento e requisitos para concessão para mulheres vítimas de violência domésticas, mulheres agricultoras em situação de vulnerabilidades social, famílias em situação de vulnerabilidades social, bem como institui cartão para reforma de unidades habitacionais e revoga a Lei nº 87/2012, Lei nº 884/2019 e a Lei nº 998/2021 e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 96/25, autoriza o poder executivo municipal a promover a campanha IPTU Premiado como medida de estímulo e arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana mediante sorteio de prêmios e da providências correlatas e da providências correlatas. Em discussão o Sr. Vereador Josivan Rodrigues falou da contradição desse Projeto, pois a gestão municipal irá cobrar mais impostos com a aprovação do Projeto da última terça-feira e agora está tentando amenizar. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Lei, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 60/25 concede Título de Cidadania Lagartense ao Sr. Raimundo de Góis Teles Filho. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Resolução, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 17/25 altera as tabelas constantes nos anexos I, II, III, IV, V,

VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Complementar nº 35/11 que dispõe sobre a estrutura de cargos de provimentos efetivos e da providências correlatas. Não havendo quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Resolução, o qual foi aprovado por unanimidade em Redação Final. Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 18/25 dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV dos servidores públicos civis da administração geral do município de Lagarto e da providências correlatas. Em discussão o Sr. Vereador Josivan Rodrigues fez um apelo para que esse Projeto não venha a ser aprovado, o executivo teve um ano para discutir com o sindicato, não o fez e agora envia este Projeto no final do ano, com um mísero aumento de 0,5% em 2027 e outras 0,5% em 2028, segundo o vereador não há valorização de carreira e sim um congelamento disfarçado dos vencimentos dos servidores, o vereador pediu que o prefeito tenha discernimento e vete este Projeto, pois este ato é um desrespeito com o servidor e uma atitude maldosa da gestão municipal, para finalizar o vereador disse que este é um Projeto pífio e que verdadeiramente está de luto. Em discussão o Sr. Vereador Amilton Fontes justificou o seu voto a favor do Projeto, pois o sindicato também teve o ano inteiro para discutir com esta Casa e não fez, então não votará contra pois muitos poderão dizer que este vereador foi contra o PCCV. Em discussão a Sra. Vereadora Fabiana da Costa disse que votará contra este Projeto pois na sua opinião não contempla os anseios dos servidores. Em discussão o Sr. Vereador Carlos José disse que é vergonhoso essa proposta de 0,5% em 2027, falta de respeito com os servidores, o vereador destacou que é a favor do servidores, mas é contra esse aumento de 0,5%, inclusive também tem o PCCV desta Casa e espera que não siga o mesmo caminho deste Projeto vergonhoso do executivo. Em discussão o Sr. Vereador Fernando Batista disse que hoje é mais um dia triste no município de Lagarto, um Projeto vergonhoso, a gestão não discute com os servidores e quando o faz não chega em um denominador comum e mesmo assim envia para esta Casa este Projeto vergonhoso, para finalizar o Sr. Vereador destacou o seu voto contra e seu total repúdio a esta gestão municipal. Em discussão o Sr. Vereador Josivaldo Alves disse que este Projeto já esteve nesta Casa para ser votado, mas houve uma ligação e o Projeto foi retirado de pauta, nada impede que este Projeto seja melhorado nos próximos anos, inclusive até o próprio prefeito sabe que esse não é o ideal, mais a frente poderá ser discutido melhorias, bom ou ruim já é alguma coisa, é um avanço. Em discussão o Sr. Vereador Carlos Eduardo disse que concorda que este Projeto deveria ter sido discutido



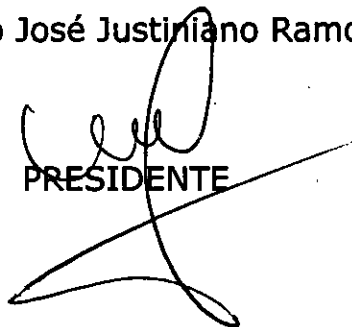
mais nesta Casa, também concorda que o percentual é pouco, não concorda quando os vereadores de oposição fazem politicagem com esse assunto, por menos que seja, os vereadores não podem votar contra qualquer tipo de aumento e existe a promessa de continuação das negociações. Em discussão o Sr. Vereador José Cosme disse que por menos que seja o percentual votará a favor deste Projeto. Em discussão a Sra. Vereadora Manoela Souza fez uma retrospectiva de algumas votações anteriores polêmicas e na sua opinião maldosas como em 2011 para a criação do IPTU em povoados, a venda do parque de exposições para empresários, com relação ao PCCV todos estão convictos de que não é a porcentagem adequada, mas é a que a realidade fiscal e financeira do município permite no momento, ficando aberta novas negociações a partir de março do próximo ano. Em discussão o Sr. Vereador Dwitht Nascimento disse que na gestão passada recebia ligações para esvaziar as sessões para não votar em determinados projetos, essa porcentagem é pouca realmente, mas já é alguma coisa, um avanço, será aumentado o número de pessoas que receberão o auxílio, então por tudo isso votará a favor deste Projeto. Não havendo mais quem quisesse discutir o Sr. Presidente submeteu a votação o referido Projeto de Resolução, o qual foi aprovado em Redação Final por 13 votos a favor e 4 votos contra dos Srs. Vereadores Carlos José, Fabiana da Costa, Fernando Batista e Josivan Rodrigues.

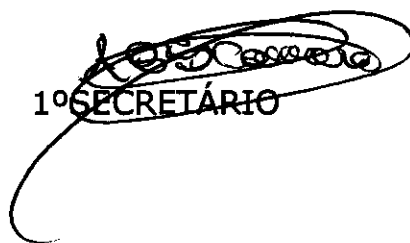
GRANDE EXPEDIENTE

Não havendo oradores inscrito o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, convocando a próxima sessão ordinária para o dia 23 de dezembro de 2025 no horário regimental.

Plenário José Justiniano Ramos, Lagarto - Se, em 18 de dezembro de 2025.


PRESIDENTE


1º SECRETÁRIO